

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Órgão

2ª Turma Criminal

Processo N.

HABEAS CORPUS CRIMINAL 0756635-17.2025.8.07.0000

PACIENTE(S)

----- e -----

----- e

IMPETRANTE(S)**AUTORIDADE(S)** JUÍZO DA 1ª VARA DE ENTORPECENTES DO DF**Relator**

Desembargador JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS

Relator

Desembargador DIAULAS COSTA RIBEIRO

Designado**Acórdão Nº**

2084483

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. CULTIVO DE CANNABIS. AUSÊNCIA DE ATO DE MERCANCIA. DELITOS ESTÁTICOS. ANTECEDENTES. PERICULOSIDADE NÃO DEMONSTRADA. LEI 15.272/2025. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva exige demonstração concreta da periculosidade do agente e da necessidade da medida extrema, não sendo suficiente a gravidade abstrata do delito, conforme o art. 312 do CPP e a redação introduzida pela Lei nº 15.272/2025.
2. A imputação baseada exclusivamente em núcleos verbais de possuir, guardar ou ter em depósito substância entorpecente ou maquinário para cultivo configura conduta estática, que não autoriza, por si só, presunção de tráfico ou risco de reiteração delitiva, ausentes elementos indicativos de atos de mercancia.
3. A ausência de antecedentes criminais aptos a indicar habitualidade delitiva, somada à inexistência de notícia de ameaça à instrução criminal, à ordem pública ou à aplicação da lei penal, afasta os requisitos para manutenção da segregação cautelar.



4. A análise do *periculum libertatis* deve considerar o *modus operandi*, participação em organização criminosa, natureza e quantidade de droga apreendida e existência de processos em curso (CPP, art. 312, §3º). Sem demonstração concreta desses fatores, revela-se inadequada a prisão.
5. A evolução normativa e regulatória referente ao cultivo de *cannabis* para fins medicinais não autoriza, por si, qualquer conclusão antecipada sobre a tipicidade da conduta, mas reforça a necessidade de instrução processual para esclarecimento do eventual fim medicinal do plantio, não justificando a prisão preventiva.
6. Presentes condições pessoais favoráveis e sendo possível a suficiência de medidas cautelares menos gravosas, impõe-se a substituição da prisão preventiva por restrições adequadas e proporcionais.
7. Ordem concedida.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores do(a) 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS - Relator, DIAULAS COSTA RIBEIRO - Relator Designado e 1º Vogal e ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS, em proferir a seguinte decisão: CONCEDER A ORDEM. EXPEDIR ALVARÁ DE SOLTURA. MAIORIA., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 05 de Fevereiro de 2026

Desembargador DIAULAS COSTA RIBEIRO
Relator Designado

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelas advogadas -----, ----- e ----- em favor de ----- e -----, apontando como autoridade coatora o Juízo do Núcleo Permanente de Audiências de Custódia (NAC) e o Juízo da 5ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal.

Os pacientes foram presos em flagrante em 17/12/2025, prisão esta convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33, § 1º, inciso II, e 35 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico e associação para o tráfico).



Segundo os autos, foi localizada no interior da residência dos pacientes uma estrutura profissional para o cultivo de *cannabis*, com apreensão de diversas plantas, sementes e equipamentos.

As impetrantes sustentam, em síntese: a) **Finalidade Medicinal:** Que o paciente ----- utiliza a substância para tratamento de saúde (ansiedade, depressão e TDAH), possuindo autorização da ANVISA para importação e relatórios médicos; b) **Ausência de Periculosidade:** Que os pacientes são primários, possuem bons antecedentes, residência fixa e que não há indícios de comercialização ou financiamento ao tráfico; c) **Princípio da Homogeneidade:** Que eventual condenação ensejaria regime diverso do fechado; d) **Desproporcionalidade:** A suficiência de medidas cautelares alternativas.

O pedido de liminar foi indeferido no plantão judicial.

A autoridade coatora prestou informações, noticiando o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

A douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo conhecimento e denegação da ordem, destacando a magnitude da estrutura de cultivo e a insuficiência das cautelares alternativas.

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS - Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, admito a impetração. No mérito, a ordem deve ser denegada.

A prisão preventiva dos pacientes foi fundamentada na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal. Conforme os elementos colhidos na busca e apreensão, a residência contava com um aparato sofisticado e profissional para o cultivo de entorpecentes, o que extrapola, em tese, a mera finalidade de uso pessoal ou medicinal alegada.



Quanto à tese de **cultivo para fins medicinais**, embora o paciente ----
--- apresente autorização da ANVISA, tal documento refere-se à **importação** de produtos derivados, e não ao **cultivo doméstico**. Não há nos autos demonstração da existência de autorização judicial específica que permita o cultivo.

Ademais, a salvaguarda jurídica para o cultivo de *Cannabis* com fins medicinais não constitui salvo-conduto para a posse indiscriminada de entorpecentes.

No caso em tela, a materialidade delitiva resta preservada, uma vez que o volume das substâncias confiscadas excedem substancialmente os limites da prescrição terapêutica autorizada, evidenciando um descompasso entre a conduta praticada e a finalidade estritamente medicinal permitida pelo Judiciário

“HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRANDE QUANTIDADE E VARIEDADE DE ENTORPECENTES. INDÍCIOS DE HABITUALIDADE DELITIVA. AUTORIZAÇÃO PARA CULTIVO TERAPÊUTICO. IRRELEVÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA. (...)”

3. A existência de autorização judicial para cultivo medicinal de Cannabis não descaracteriza, por si só, a materialidade do crime, sobretudo diante da diversidade e da quantidade dos entorpecentes apreendidos, incompatíveis com uso exclusivamente terapêutico e não abrangidas pela autorização judicial apresentada. (...) (Acórdão 2071846, 0743741-09.2025.8.07.0000, Relator(a): DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 3ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 26/11/2025, publicado no DJe: 04/12/2025.)

A análise da real destinação da droga produzida (se para tratamento ou tráfico) demanda dilação probatória profunda, inviável na via estreita do *habeas corpus*.

Em que pese o esforço argumentativo da defesa ao sustentar que o cultivo se destinava ao consumo pessoal para fins medicinais, a tese não encontra amparo nos critérios objetivos e qualitativos estabelecidos pelo **Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 635659**.

Naquela oportunidade, a Suprema Corte fixou a tese de que a presunção de destinação para uso pessoal se aplica quando o agente porta até **40 gramas de maconha ou possui até 6 plantas fêmeas**.



No caso em apreço, a diligência policial resultou na apreensão de quantidade que extrapola exponencialmente o limite fixado pela Corte Superior para a presunção de usuário. Tal excedente, por si só, afasta a presunção relativa de consumo próprio, invertendo-se o ônus de demonstrar, por elementos robustos e indubitáveis, que tamanha produção não se destinava à difusão ilícita, o que não ocorreu nos autos.

Além do critério quantitativo, o STF ressaltou que a autoridade judicial deve considerar elementos do caso concreto para a caracterização do tráfico, tais como a **natureza da substância, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, além das circunstâncias sociais e pessoais.**

Na espécie, a estrutura profissional de cultivo — dotada de estufas, sistemas de ventilação, controle de iluminação e expertise técnica — revela uma capacidade de produção que supera, de longe, as necessidades de um único indivíduo, indicando uma organização voltada para a comercialização ou distribuição em larga escala.

Portanto, diante da superação do limite objetivo de plantas e da presença de aparato tecnológico incompatível com o uso doméstico artesanal, revela-se inviável a desclassificação pretendida, mantendo-se hígida a tipificação dos crimes de tráfico e associação para o tráfico (arts. 33, § 1º, II e 35 da Lei nº 11.343/2006).

A gravidade concreta da conduta é evidenciada pela estrutura de produção e pela possibilidade de inserção da substância em uma cadeia de distribuição, o que justifica a segregação para evitar que a liberdade dos pacientes comprometa o desfecho das investigações e a coleta de provas, inclusive para identificar possíveis destinatários da droga.

No que tange às **condições pessoais favoráveis**, como a primariedade e a residência fixa, estas não obstam a manutenção da custódia cautelar quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

“ (...) As condições pessoais favoráveis do paciente não são suficientes, por si só, para a concessão da liberdade provisória, se estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Além disso, a manutenção da prisão preventiva não objetiva antecipar a pena e não viola o princípio da presunção de inocência, por ter caráter cautelar. (...)” (Acórdão 2081563, 0756704-49.2025.8.07.0000, Relator(a): ARNALDO CORRÊA SILVA, 2ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 29/01/2026, publicado no DJe: 01/02/2026.)



Destaco que o *decisum* atacado bem tratou do tema, com isso trazendo uma abordagem concreta ao caso. Veja:

“Primeiramente, deve-se observar que posição pessoal dos custodiados e sua militância em relação à maconha obviamente não altera o modo como a legislação e a jurisprudência interpretam a sua classificação como droga. A jurisprudência recente descriminalizou o consumo pessoal de maconha, mas não a sua produção e difusão. Como se pode observar das fotografias juntadas, trata-se de uma espécie de horta urbana para produção da droga in natura. Não se trata de empreendimento amador, mas de unidade produtiva profissional. Embora seja possível argumentar que após a apreensão das plantas o risco à ordem pública tenha sido controlado, essa interpretação, parece-me, é superficial. Os custodiados mantêm a expertise da produção, que por isso poderia ser rapidamente retomada. Nesse sentido, a liberdade dos custodiados implica risco à ordem pública. No mais, partindo da premissa de que a droga produzida seria de alguma forma inserida em uma cadeia de distribuição, para que a investigação já em curso – no âmbito da qual foi decretada a busca e apreensão que resultou nestas prisões em flagrante – possa identificar os destinatários da droga, a conveniência da instrução também exige a conversão da prisão em flagrante em preventiva.”

O argumento de violação ao princípio da homogeneidade também não prospera. A prisão cautelar possui natureza processual e não se confunde com a sanção penal definitiva. É inadmissível antecipar a dosimetria da pena e o regime prisional em sede de *writ* para aferir a proporcionalidade da preventiva.

Quanto ao tema, trago julgado desta Turma Criminal:

“(…) 7. O princípio da homogeneidade não incide no caso, pois, não é recomendável, nesta fase processual e na via do habeas corpus, presumir o regime ou a pena que será aplicada em eventual condenação, sendo legítima a custódia cautelar diante do risco concreto apontado. (...)” (Acórdão 1999079, 0717362-31.2025.8.07.0000, Relator(a): JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS, 2ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 22/05/2025, publicado no DJe: 26/05/2025.)

Por fim, as **medidas cautelares alternativas** do art. 319 do CPP mostram-se inadequadas para o caso, dada a necessidade de cessar a atividade de produção estruturada de entorpecentes verificada no local.

Verifico que o processo segue marcha regular, com denúncia já oferecida, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado.

Ante o exposto, **DENEGO A ORDEM.**



É como voto.

O Senhor Desembargador DIAULAS COSTA RIBEIRO - Relator Designado e 1º Vogal

Rogo vênia para divergir do voto do Relator.

Transcrevo o relatório inserido nos autos:

“Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelas advogadas -----, ----- e ----- em favor de ----- e -----, apontando como autoridade coatora o Juízo do Núcleo Permanente de Audiências de Custódia (NAC) e o Juízo da 5ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal.

Os pacientes foram presos em flagrante em 17/12/2025, prisão esta convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33, § 1º, inciso II, e 35 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico e associação para o tráfico). Segundo os autos, foi localizada no interior da residência dos pacientes uma estrutura profissional para o cultivo de *cannabis*, com apreensão de diversas plantas, sementes e equipamentos.

As impetrantes sustentam, em síntese: a) **Finalidade Medicinal:** Que o paciente ----- utiliza a substância para tratamento de saúde (ansiedade, depressão e TDAH), possuindo autorização da ANVISA para importação e relatórios médicos; b) **Ausência de Periculosidade:** Que os pacientes são primários, possuem bons antecedentes, residência fixa e que não há indícios de comercialização ou financiamento ao tráfico; c) **Princípio da Homogeneidade:** Que eventual condenação ensejaria regime diverso do fechado; d) **Desproporcionalidade:** A suficiência de medidas cautelares alternativas.

O pedido de liminar foi indeferido no plantão judicial.

A autoridade coatora prestou informações, noticiando o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

A douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo conhecimento e

denegação da ordem, destacando a magnitude da estrutura de cultivo e a insuficiência das cautelares alternativas.

É o relatório.”



A denúncia contra os pacientes foi oferecida em 19/12/2025 (ID 260749249, autos 0767966.90,2025.8.07.0001, 1ª Vara de Entorpecentes). O dispositivo da acusação é o seguinte:

“----- está incurso nas penas dos artigo 33, caput; Art. 34, caput, c/c Art. 40, V, Lei 11.343/06 e ----- está incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. Por esse motivo, requer o Ministério Público seja(m) ele(s) notificado(s) para apresentar(em) defesa prévia, seguindo-se o recebimento da denúncia e ulterior designação de audiência para interrogatório e instrução criminal, até final condenação. Requer-se a incineração dos entorpecentes e o perdimento de eventuais bens apreendidos. Requer, ainda, sejam intimadas as testemunhas abaixo indicadas para prestarem depoimentos sobre os fatos acima narrados.”

Não custa facilitar a leitura instrumental deste voto:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Não há, na denúncia, imputação de qualquer ato de comércio de drogas.

Os elementos descritos são estáticos: “TINHA EM DEPÓSITO” e “POSSUÍA/GUARDAVA”.

Na busca e apreensão realizada em Luziânia (Rua 162, Quadra 423, Lote 6, Parque Estrela Dalva X, Jardim Ingá, Luziânia/GO) foi localizada uma estufa de cultivo de *Cannabis*, com 47 pés. Também não se sabe para qual fim, o plantio igualmente era estático, e não se pode deduzir que o produto dessa plantação era destinado à venda, doação etc.

Os dois pacientes têm registros, com termo circunstanciado, por uso de



drogas, crime que não tem pena e não pode ser considerado, negativamente, contra eles.

No crime de injúria, infração de menor potencial ofensivo, de 9/3/2025, ambos são vítimas. O processo foi extinto pela MMª Juíza do 1º Juizado Especial Cível e Criminal do Gama, em sentença de 17/6/2025 (ID 239434114 dos autos 0703550-07.2025.8.070004).

Não têm, em conclusão, antecedentes criminais. Confiro:

-----:

15 19/02/2018 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - LEI 11343/06 Art. 28 IDENTIFICADO em 19/02/2018

335 11/05/2019 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - LEI 11343/06 Art. 28 IDENTIFICADO em 11/05/2019

724 10/08/2020 11ª DP PORTARIA VÍTIMA - NÃO CONSTA CADASTRADO em 10/08/2020

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE VÍTIMA - NÃO CONSTA CADASTRADO em 09/03/2025

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - CPB Art. 140 CAPUT, Art. 147 CAPUT CADASTRADO em 09/03/2025

-----:

817 25/08/2015 20ª DP FLAGRANTE AUTOR - LEI 11343/06 Art. 28 IDENTIFICADO em 25/08/2015

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - CPB Art. 140 CAPUT, Art. 147 CAPUT CADASTRADO em 09/03/2025

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE VÍTIMA - NÃO CONSTA CADASTRADO em 09/03/2025

Não há qualquer pendência para a instrução criminal e não se pode afirmar que a prisão tem o objetivo de cessar o tráfico porque não há, como se compreende da denúncia, qualquer ato típico de tradição de drogas por qualquer dos núcleos verbais previstos no art. 33 da LAD.

A manutenção da prisão não se justifica. Não há risco para a instrução, nem para a incolumidade pública, tampouco para a aplicação da lei penal.

Os pacientes podem responder à ação penal em liberdade, substituindo-se a prisão por outras medidas cautelares.

A Lei nº 15.272, de 26 de novembro de 2025, que incluiu os §§ 3º e 4º no



art. 312 do Código de Processo Penal, não inovou em nenhum critério que pudesse ser compreendido contra os pacientes; o § 4º, por sua vez, repete jurisprudência consolidada, mas é favorável a ambos:

§ 3º Devem ser considerados na aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública:

I – o *modus operandi*, inclusive quanto ao uso reiterado de violência ou grave ameaça à pessoa ou quanto à premeditação do agente para a prática delituosa;

II – a participação em organização criminosa;

III – a natureza, a quantidade e a variedade de drogas, armas ou munições apreendidas; ou

IV – o fundado receio de reiteração delitiva, inclusive à vista da existência de outros inquéritos e ações penais em curso.

§ 4º É incabível a decretação da prisão preventiva com base em alegações de gravidade abstrata do delito, devendo ser concretamente demonstrados a periculosidade do agente e seu risco à ordem pública, à ordem econômica, à regularidade da instrução criminal e à aplicação da lei penal, conforme o caso.

O paciente ----- tem autorização da Anvisa para importar produtos derivados da *cannabis*, o que deverá ser averiguado e esclarecido na instrução.

Obiter dictum, anoto, sem qualquer ironia, que a mesma Anvisa aprovou, na semana passada, mudanças no marco regulatório para o cultivo da *cannabis* medicinal no Brasil, havendo a possibilidade teórica de que a alegada “expertise” dos pacientes possa ser usada em condutas favoráveis ao tratamento de quem depende de assistência medicamentosa e não dispõe de recursos para a importação.

O paciente ----- recebeu uma moção de louvor da Câmara Legislativa por atividades comunitárias no esporte (basquete). Abre-se a ele e, também, a sua companheira, -----, o desafio de comprovarem que não tinham fins criminosos com a plantação, podendo prestar relevantes serviços à sociedade, legalizando-se com base nas novas resoluções da Anvisa. Tudo dependerá do futuro.

DISPOSITIVO

Concedo a ordem para revogar a prisão preventiva dos pacientes ----- e ----- e conceder-lhes liberdade provisória com a imposição das seguintes medidas cautelares:



I – obrigação de manterem o endereço atualizado perante o Juízo da 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, bem como de responder às comunicações oficiais, inclusive por aplicativo de mensagens de celular (Whatsapp ou correlato), sob pena de revogação desta decisão e sem prejuízo da decretação imediata da sua prisão.

II – proibição de se ausentarem do Distrito Federal por mais de 7 (sete) dias sem comunicarem previamente ao Juízo, devendo indicar o destino e o endereço de permanência, sem prejuízo de se manterem acessíveis pelo celular, cujo número deverá ser atualizado.

III – comparecer a todos os atos do processo ou equivalente, especialmente à 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal às 14h do primeiro dia útil após a soltura para confirmarem as informações prestadas, no que se refere ao atual domicílio, telefone e firmar o termo de compromisso.

Não há, até o momento, razão para monitoramento eletrônico.

Expeça-se, com urgência, alvará de soltura.

Caso não haja outro motivo para a prisão, os pacientes deverão ser postos imediatamente em liberdade, devendo cumprir o item III das medidas cautelares: Comparecer à 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal às **14h do primeiro dia útil** após a soltura para firmar termo de compromisso e outras medidas.

Baixe-se no BNMP.

Intime-se a 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, com cópia do acórdão.

É o voto.

O Senhor Desembargador ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal Com
a divergência

DECISÃO

CONCEDER A ORDEM. EXPEDIR ALVARÁ DE SOLTURA. MAIORIA.



Rogo vênia para divergir do voto do Relator.

Transcrevo o relatório inserido nos autos:

“Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelas advogadas -----, ----- e ----- em favor de ----- e -----, apontando como autoridade coatora o Juízo do Núcleo Permanente de Audiências de Custódia (NAC) e o Juízo da 5ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal.

Os pacientes foram presos em flagrante em 17/12/2025, prisão esta convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33, § 1º, inciso II, e 35 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico e associação para o tráfico). Segundo os autos, foi localizada no interior da residência dos pacientes uma estrutura profissional para o cultivo de *cannabis*, com apreensão de diversas plantas, sementes e equipamentos.

As impetrantes sustentam, em síntese: a) **Finalidade Medicinal:** Que o paciente ----- utiliza a substância para tratamento de saúde (ansiedade, depressão e TDAH), possuindo autorização da ANVISA para importação e relatórios médicos; b) **Ausência de Periculosidade:** Que os pacientes são primários, possuem bons antecedentes, residência fixa e que não há indícios de comercialização ou financiamento ao tráfico; c) **Princípio da Homogeneidade:** Que eventual condenação ensejaria regime diverso do fechado; d) **Desproporcionalidade:** A suficiência de medidas cautelares alternativas.

O pedido de liminar foi indeferido no plantão judicial.

A autoridade coatora prestou informações, noticiando o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

A douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo conhecimento e

denegação da ordem, destacando a magnitude da estrutura de cultivo e a insuficiência das cautelares alternativas.

É o relatório.”

A denúncia contra os pacientes foi oferecida em 19/12/2025 (ID 260749249, autos 0767966.90,2025.8.07.0001, 1ª Vara de Entorpecentes). O dispositivo da acusação é o seguinte:



“----- está incurso nas penas dos artigo 33, caput; Art. 34, caput, c/c Art. 40, V, Lei 11.343/06 e ----- está incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. Por esse motivo, requer o Ministério Público seja(m) ele(s) notificado(s) para apresentar(em) defesa prévia, seguindo-se o recebimento da denúncia e ulterior designação de audiência para interrogatório e instrução criminal, até final condenação. Requer-se a incineração dos entorpecentes e o perdimento de eventuais bens apreendidos. Requer, ainda, sejam intimadas as testemunhas abaixo indicadas para prestarem depoimentos sobre os fatos acima narrados.”

Não custa facilitar a leitura instrumental deste voto:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Não há, na denúncia, imputação de qualquer ato de comércio de drogas.

Os elementos descritos são estáticos: “TINHA EM DEPÓSITO” e “POSSUÍA/GUARDAVA”.

Na busca e apreensão realizada em Luziânia (Rua 162, Quadra 423, Lote 6, Parque Estrela Dalva X, Jardim Ingá, Luziânia/GO) foi localizada uma estufa de cultivo de *Cannabis*, com 47 pés. Também não se sabe para qual fim, o plantio igualmente era estático, e não se pode deduzir que o produto dessa plantação era destinado à venda, doação etc.

Os dois pacientes têm registros, com termo circunstanciado, por uso de drogas, crime que não tem pena e não pode ser considerado, negativamente, contra eles.



No crime de injúria, infração de menor potencial ofensivo, de 9/3/2025, ambos são vítimas. O processo foi extinto pela MMª Juíza do 1º Juizado Especial Cível e Criminal do Gama, em sentença de 17/6/2025 (ID 239434114 dos autos 0703550-07.2025.8.070004).

Não têm, em conclusão, antecedentes criminais. Confiro:

-----:

15 19/02/2018 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - LEI 11343/06 Art. 28 IDENTIFICADO em 19/02/2018

335 11/05/2019 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - LEI 11343/06 Art. 28 IDENTIFICADO em 11/05/2019

724 10/08/2020 11ª DP PORTARIA VÍTIMA - NÃO CONSTA CADASTRADO em 10/08/2020

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE VÍTIMA - NÃO CONSTA CADASTRADO em 09/03/2025

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - CPB Art. 140 CAPUT, Art. 147 CAPUT CADASTRADO em 09/03/2025

-----:

817 25/08/2015 20ª DP FLAGRANTE AUTOR - LEI 11343/06 Art. 28 IDENTIFICADO em 25/08/2015

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE AUTOR - CPB Art. 140 CAPUT, Art. 147 CAPUT CADASTRADO em 09/03/2025

216 09/03/2025 14ª DP FLAGRANTE VÍTIMA - NÃO CONSTA CADASTRADO em 09/03/2025

Não há qualquer pendência para a instrução criminal e não se pode afirmar que a prisão tem o objetivo de cessar o tráfico porque não há, como se compreende da denúncia, qualquer ato típico de tradição de drogas por qualquer dos núcleos verbais previstos no art. 33 da LAD.

A manutenção da prisão não se justifica. Não há risco para a instrução, nem para a incolumidade pública, tampouco para a aplicação da lei penal.

Os pacientes podem responder à ação penal em liberdade, substituindo-se a prisão por outras medidas cautelares.

A Lei nº 15.272, de 26 de novembro de 2025, que incluiu os §§ 3º e 4º no art. 312 do Código de Processo Penal, não inovou em nenhum critério que pudesse ser compreendido contra os pacientes; o § 4º, por sua vez, repete jurisprudência consolidada, mas é favorável a ambos:



§ 3º Devem ser considerados na aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública:

I – o *modus operandi*, inclusive quanto ao uso reiterado de violência ou grave ameaça à pessoa ou quanto à premeditação do agente para a prática delituosa;

II – a participação em organização criminosa;

III – a natureza, a quantidade e a variedade de drogas, armas ou munições apreendidas; ou

IV – o fundado receio de reiteração delitiva, inclusive à vista da existência de outros inquéritos e ações penais em curso.

§ 4º É incabível a decretação da prisão preventiva com base em alegações de gravidade abstrata do delito, devendo ser concretamente demonstrados a periculosidade do agente e seu risco à ordem pública, à ordem econômica, à regularidade da instrução criminal e à aplicação da lei penal, conforme o caso.

O paciente ----- tem autorização da Anvisa para importar produtos derivados da *cannabis*, o que deverá ser averiguado e esclarecido na instrução.

Obiter dictum, anoto, sem qualquer ironia, que a mesma Anvisa aprovou, na semana passada, mudanças no marco regulatório para o cultivo da *cannabis* medicinal no Brasil, havendo a possibilidade teórica de que a alegada “expertise” dos pacientes possa ser usada em condutas favoráveis ao tratamento de quem depende de assistência medicamentosa e não dispõe de recursos para a importação.

O paciente ----- recebeu uma moção de louvor da Câmara Legislativa por atividades comunitárias no esporte (basquete). Abre-se a ele e, também, a sua companheira, -----, o desafio de comprovarem que não tinham fins criminosos com a plantação, podendo prestar relevantes serviços à sociedade, legalizando-se com base nas novas resoluções da Anvisa. Tudo dependerá do futuro.

DISPOSITIVO

Concedo a ordem para revogar a prisão preventiva dos pacientes ----- e ----- e conceder-lhes liberdade provisória com a imposição das seguintes medidas cautelares:

I – obrigação de manterem o endereço atualizado perante o Juízo da 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, bem como de responder às



comunicações oficiais, inclusive por aplicativo de mensagens de celular (Whatsapp ou correlato), sob pena de revogação desta decisão e sem prejuízo da decretação imediata da sua prisão.

II – proibição de se ausentarem do Distrito Federal por mais de 7 (sete) diassem comunicarem previamente ao Juízo, devendo indicar o destino e o endereço de permanência, sem prejuízo de se manterem acessíveis pelo celular, cujo número deverá ser atualizado.

III – comparecer a todos os atos do processo ou equivalente, especialmente à 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal às 14h do primeiro dia útil após a soltura para confirmarem as informações prestadas, no que se refere ao atual domicílio, telefone e firmar o termo de compromisso.

Não há, até o momento, razão para monitoramento eletrônico.

Expeça-se, com urgência, alvará de soltura.

Caso não haja outro motivo para a prisão, os pacientes deverão ser postos imediatamente em liberdade, devendo cumprir o item III das medidas cautelares: Comparecer à 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal às **14h do primeiro dia útil** após a soltura para firmar termo de compromisso e outras medidas.

Baixe-se no BNMP.

Intime-se a 1ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal, com cópia do acórdão.

É o voto.



Presentes os pressupostos de admissibilidade, admito a impetração. No mérito, a ordem deve ser denegada.

A prisão preventiva dos pacientes foi fundamentada na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal. Conforme os elementos colhidos na busca e apreensão, a residência contava com um aparato sofisticado e profissional para o cultivo de entorpecentes, o que extrapola, em tese, a mera finalidade de uso pessoal ou medicinal alegada.

Quanto à tese de **cultivo para fins medicinais**, embora o paciente ----
--- apresente autorização da ANVISA, tal documento refere-se à **importação** de produtos derivados, e não ao **cultivo doméstico**. Não há nos autos demonstração da existência de autorização judicial específica que permita o cultivo.

Ademais, a salvaguarda jurídica para o cultivo de *Cannabis* com fins medicinais não constitui salvo-conduto para a posse indiscriminada de entorpecentes.

No caso em tela, a materialidade delitiva resta preservada, uma vez que o volume das substâncias confiscadas excedem substancialmente os limites da prescrição terapêutica autorizada, evidenciando um descompasso entre a conduta praticada e a finalidade estritamente medicinal permitida pelo Judiciário

“HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GRANDE QUANTIDADE E VARIEDADE DE ENTORPECENTES. INDÍCIOS DE HABITUALIDADE DELITIVA. AUTORIZAÇÃO PARA CULTIVO TERAPÊUTICO. IRRELEVÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. INVIABILIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA. (...)

3. A existência de autorização judicial para cultivo medicinal de Cannabis não descaracteriza, por si só, a materialidade do crime, sobretudo diante da diversidade e da quantidade dos entorpecentes apreendidos, incompatíveis com uso exclusivamente terapêutico e não abrangidas pela autorização judicial apresentada. (...) (Acórdão 2071846, 0743741-09.2025.8.07.0000, Relator(a): DEMETRIUS GOMES



A análise da real destinação da droga produzida (se para tratamento ou tráfico) demanda dilação probatória profunda, inviável na via estreita do *habeas corpus*.

Em que pese o esforço argumentativo da defesa ao sustentar que o cultivo se destinava ao consumo pessoal para fins medicinais, a tese não encontra amparo nos critérios objetivos e qualitativos estabelecidos pelo **Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 635659**.

Naquela oportunidade, a Suprema Corte fixou a tese de que a presunção de destinação para uso pessoal se aplica quando o agente porta até **40 gramas de maconha ou possui até 6 plantas fêmeas**.

No caso em apreço, a diligência policial resultou na apreensão de quantidade que extrapola exponencialmente o limite fixado pela Corte Superior para a presunção de usuário. Tal excedente, por si só, afasta a presunção relativa de consumo próprio, invertendo-se o ônus de demonstrar, por elementos robustos e indubitáveis, que tamanha produção não se destinava à difusão ilícita, o que não ocorreu nos autos.

Além do critério quantitativo, o STF ressaltou que a autoridade judicial deve considerar elementos do caso concreto para a caracterização do tráfico, tais como a **natureza da substância, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, além das circunstâncias sociais e pessoais**.

Na espécie, a estrutura profissional de cultivo — dotada de estufas, sistemas de ventilação, controle de iluminação e expertise técnica — revela uma capacidade de produção que supera, de longe, as necessidades de um único indivíduo, indicando uma organização voltada para a comercialização ou distribuição em larga escala.

Portanto, diante da superação do limite objetivo de plantas e da presença de aparato tecnológico incompatível com o uso doméstico artesanal, revela-se inviável a desclassificação pretendida, mantendo-se hígida a tipificação dos crimes de tráfico e associação para o tráfico (arts. 33, § 1º, II e 35 da Lei nº 11.343/2006).



A gravidade concreta da conduta é evidenciada pela estrutura de produção e pela possibilidade de inserção da substância em uma cadeia de distribuição, o que justifica a segregação para evitar que a liberdade dos pacientes comprometa o desfecho das investigações e a coleta de provas, inclusive para identificar possíveis destinatários da droga.

No que tange às **condições pessoais favoráveis**, como a primariedade e a residência fixa, estas não obstam a manutenção da custódia cautelar quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

“ (...) As condições pessoais favoráveis do paciente não são suficientes, por si sós, para a concessão da liberdade provisória, se estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Além disso, a manutenção da prisão preventiva não objetiva antecipar a pena e não viola o princípio da presunção de inocência, por ter caráter cautelar. (...)” (Acórdão 2081563, 0756704-49.2025.8.07.0000, Relator(a): ARNALDO CORRÊA SILVA, 2ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 29/01/2026, publicado no DJe: 01/02/2026.)

Destaco que o *decisum* atacado bem tratou do tema, com isso trazendo uma abordagem concreta ao caso. Veja:

“Primeiramente, deve-se observar que posição pessoal dos custodiados e sua militância em relação à maconha obviamente não altera o modo como a legislação e a jurisprudência interpretam a sua classificação como droga. A jurisprudência recente descriminalizou o consumo pessoal de maconha, mas não a sua produção e difusão. Como se pode observar das fotografias juntadas, trata-se de uma espécie de horta urbana para produção da droga in natura. Não se trata de empreendimento amador, mas de unidade produtiva profissional. Embora seja possível argumentar que após a apreensão das plantas o risco à ordem pública tenha sido controlado, essa interpretação, parece-me, é superficial. Os custodiados mantêm a expertise da produção, que por isso poderia ser rapidamente retomada. Nesse sentido, a liberdade dos custodiados implica risco à ordem pública. No mais, partindo da premissa de que a droga produzida seria de alguma forma inserida em uma cadeia de distribuição, para que a investigação já em curso – no âmbito da qual foi decretada a busca e apreensão que resultou nestas prisões em flagrante – possa identificar os destinatários da droga, a conveniência da instrução também exige a conversão da prisão em flagrante em preventiva.”

O argumento de violação ao princípio da homogeneidade também não prospera. A prisão cautelar possui natureza processual e não se confunde com a sanção penal definitiva. É inadmissível antecipar a dosimetria da pena e o regime prisional em sede de *writ* para aferir a proporcionalidade da preventiva.



Quanto ao tema, trago julgado desta Turma Criminal:

“(...) 7. O princípio da homogeneidade não incide no caso, pois, não é recomendável, nesta fase processual e na via do habeas corpus, presumir o regime ou a pena que será aplicada em eventual condenação, sendo legítima a custódia cautelar diante do risco concreto apontado. (...)” (Acórdão 1999079, 0717362-31.2025.8.07.0000, Relator(a): JOSAPHÁ FRANCISCO DOS SANTOS, 2ª TURMA CRIMINAL, data de julgamento: 22/05/2025, publicado no DJe: 26/05/2025.)

Por fim, as **medidas cautelares alternativas** do art. 319 do CPP mostram-se inadequadas para o caso, dada a necessidade de cessar a atividade de produção estruturada de entorpecentes verificada no local.

Verifico que o processo segue marcha regular, com denúncia já oferecida, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado.

Ante o exposto, **DENEGO A ORDEM.**

É como voto.



Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelas advogadas -----, ----- e ----- em favor de ----- e -----, apontando como autoridade coatora o Juízo do Núcleo Permanente de Audiências de Custódia (NAC) e o Juízo da 5ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal.

Os pacientes foram presos em flagrante em 17/12/2025, prisão esta convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33, § 1º, inciso II, e 35 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico e associação para o tráfico). Segundo os autos, foi localizada no interior da residência dos pacientes uma estrutura profissional para o cultivo de *cannabis*, com apreensão de diversas plantas, sementes e equipamentos.

As impetrantes sustentam, em síntese: a) **Finalidade Medicinal:** Que o paciente ----- utiliza a substância para tratamento de saúde (ansiedade, depressão e TDAH), possuindo autorização da ANVISA para importação e relatórios médicos; b) **Ausência de Periculosidade:** Que os pacientes são primários, possuem bons antecedentes, residência fixa e que não há indícios de comercialização ou financiamento ao tráfico; c) **Princípio da Homogeneidade:** Que eventual condenação ensejaria regime diverso do fechado; d) **Desproporcionalidade:** A suficiência de medidas cautelares alternativas.

O pedido de liminar foi indeferido no plantão judicial.

A autoridade coatora prestou informações, noticiando o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e a manutenção da prisão preventiva para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

A douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo conhecimento e denegação da ordem, destacando a magnitude da estrutura de cultivo e a insuficiência das cautelares alternativas.

É o relatório.



HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. CULTIVO DE CANNABIS. AUSÊNCIA DE ATO DE MERCANCIA. DELITOS ESTÁTICOS. ANTECEDENTES. PERICULOSIDADE NÃO DEMONSTRADA. LEI 15.272/2025. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva exige demonstração concreta da periculosidade do agente e da necessidade da medida extrema, não sendo suficiente a gravidade abstrata do delito, conforme o art. 312 do CPP e a redação introduzida pela Lei nº 15.272/2025.
2. A imputação baseada exclusivamente em núcleos verbais de possuir, guardar ou ter em depósito substância entorpecente ou maquinário para cultivo configura conduta estática, que não autoriza, por si só, presunção de tráfico ou risco de reiteração delitiva, ausentes elementos indicativos de atos de mercancia.
3. A ausência de antecedentes criminais aptos a indicar habitualidade delitiva, somada à inexistência de notícia de ameaça à instrução criminal, à ordem pública ou à aplicação da lei penal, afasta os requisitos para manutenção da segregação cautelar.
4. A análise do *periculum libertatis* deve considerar o *modus operandi*, participação em organização criminosa, natureza e quantidade de droga apreendida e existência de processos em curso (CPP, art. 312, §3º). Sem demonstração concreta desses fatores, revela-se inadequada a prisão.
5. A evolução normativa e regulatória referente ao cultivo de *cannabis* para fins medicinais não autoriza, por si, qualquer conclusão antecipada sobre a tipicidade da conduta, mas reforça a necessidade de instrução processual para esclarecimento do eventual fim medicinal do plantio, não justificando a prisão preventiva.
6. Presentes condições pessoais favoráveis e sendo possível a suficiência de medidas cautelares menos gravosas, impõe-se a substituição da prisão preventiva por restrições adequadas e proporcionais.
7. Ordem concedida.



